



# MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Estado de São Paulo

## Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social

### TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 04 /2022 RECURSO MUNICIPAL E ESTADUAL

**TERMO DE COLABORAÇÃO TÉCNICA E  
FINANCEIRA CELEBRADO ENTRE A  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
CAÇAPAVA E LAR FABIANO DE CRISTO  
– UPI DE CIRILO.**

Pelo presente Termo de **COLABORAÇÃO**, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA**, neste ato representada por **PÉTALA GONÇALVES LACERDA**, prefeita, brasileira, [REDACTED], portadora da cédula de identidade número [REDACTED] e do cadastro nacional de pessoas físicas sob o número [REDACTED], doravante designada simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro lado a organização social **LAR FABIANO DE CRISTO**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Antônio dos Santos, 123 – Vila Santos, Caçapava, SP, CEP 12.280-032, inscrita no CNPJ 33.948.381/0068-00 neste ato representado por seu Presidente, **JÚLIO ALMEIDA DE FREITAS**, portador do RG [REDACTED] e inscrita no CPF [REDACTED], doravante designado simplesmente **OSC**, resolvem firmar o presente Termo, conforme as seguintes cláusulas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente termo de COLABORAÇÃO tem por objeto a execução do Plano de Trabalho, especificamente para despesas de custeio, conforme proposto pela OSC, na forma do artigo 22 e seguintes da Lei Ordinária nº 13.019/2014, e aprovado pelo CMAS sendo parte integrante e indissociável deste instrumento, independentemente de transcrição.

**Parágrafo 1º** - A OSC executará o **Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos**. A parceria consiste no







## MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Estado de São Paulo

**Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social**

financiamento com recurso Municipal e Estadual para a garantia de atendimento **de 150 (cento e cinquenta)** crianças e adolescentes, objetivando desenvolver ações da Proteção Social Básica, para prevenir ações da Proteção Social Básica, para prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, garantindo o atendimento às crianças e adolescentes encaminhadas e acompanhados em conjunto com o serviço do CRAS.

**Parágrafo 2º** - É vedado adotar na execução dos serviços escolha discriminatória ou exclusiva, que privilegie a discriminação por faixa etária, sexo ou orientação sexual, deficiência ou de outras formas, obrigando a permanecerem juntos na mesma unidade da instituição os grupos de crianças e adolescentes com vínculo de parentesco, tais como irmãos e primos.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- I - Publicar na imprensa oficial ou no jornal o extrato deste Termo de COLABORAÇÃO e de seus eventuais aditivos, nos prazos e nos moldes previstos no § 1º do art. 32 e no art. 38, da Lei Ordinária Federal nº 13.019/2014;
- II – Efetuar os repasses de recursos, em parcelas mensais, para a execução do objeto deste Instrumento, através de depósito bancário na conta-corrente previamente informada pela OSC.
- III– Supervisionar, acompanhar e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela OSC, bem como apoiá-la tecnicamente em decorrência da execução das atividades, objeto deste Instrumento;
- IV- Notificar para que a OSC adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste Instrumento, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção das parcelas dos recursos financeiros, até o saneamento dos eventuais apontamentos;





V- Monitorar e Avaliar o objeto:

- Homologando os relatórios de fiscalização;
- Quanto à execução física e atingimento das metas qualitativas;
- Quanto à correta e regular aplicação dos recursos financeiros.

I – Executar os serviços, programas ou benefícios socioassistenciais a que se refere o objeto;

II - Zelar pela manutenção de qualidade da oferta prestada, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pelo MUNICÍPIO e aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social;

III- Observar as orientações do MUNICÍPIO, decorrentes do trabalho de acompanhamento e supervisão das atividades ou projeto e, também, das fiscalizações periódicas realizadas pelo Juízo e Promotoria e propor ajustes necessários para melhor executar as ações, alcançar eficácia, eficiência e economicidade;

IV - Manter recursos humanos, materiais e equipamentos adequados e compatíveis com o atendimento da oferta socioassistencial que os obriga a prestar, com vistas ao cumprimento dos objetivos deste Instrumento;

V- Proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população abrangida pelos serviços assistenciais, sem discriminação de qualquer natureza, zelando pela segurança e integridade física dos usuários;

VI- Aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo MUNICÍPIO, inclusive eventuais rendimentos de aplicação financeira, na prestação dos serviços objeto deste Instrumento, conforme estabelecido na cláusula primeira;

VII – Apresentar, nos prazos exigidos pela **Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social**, por meio do relatório circunstanciado, as atividades







## MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Estado de São Paulo

### Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social

desenvolvidas, comprovando que os recursos financeiros recebidos foram aplicados nas ações previstas no Plano de Trabalho, além da relação nominal e número do NIS de todos os assistidos;

VIII – Prestar contas ao MUNICÍPIO, conforme cláusula sexta deste Termo de COLABORAÇÃO, inclusive apresentar **MENSALMENTE** extrato e conciliação bancária;

IX – Realizar formação inicial e continuada a empregado admitido, a fim de assegurar a qualidade da execução do plano de trabalho;

X – Manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem, bem como relação nominal dos beneficiários das ações colaboradas à disposição dos órgãos fiscalizadores, e ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos de recursos públicos;

XI – Assegurar à Comissão de Monitoramento e Avaliação, ao Conselho de Assistência Social, e aos demais Conselhos, ao Juízo e a Promotoria condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos serviços prestados;

XII – Apresentar relatório mensal, referente aos doze meses de execução da parceria, conforme acordado com a **Secretaria Municipal de Assistência Social**, demonstrando o atendimento prestado, com os aspectos quantitativos e qualitativos, considerados, respectivamente, a capacidade e o número de beneficiários, bem como os resultados alcançados na implementação dos serviços;

XIII – Alimentar os sistemas de controle de dados dos serviços, informatizados ou manuais, adotados pela **Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social**, bem como os decorrentes das normas expedidas pela União e pelo Governo do Estado de São Paulo;

XIV – Manter identidade do trabalhador social mediante crachá contendo nome completo, cargo, função e logomarca da OSC;









## MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Estado de São Paulo

### Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social

(DOC, TED), pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedada a emissão de cheque para desembolso ou quaisquer pagamentos;

XXIII - Manter e movimentar os recursos em conta bancária, em banco público, citados neste instrumento;

XXIV - Se responsabilizar exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de serviços e de pessoal;

XXV - Se responsabilizar exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do termo de COLABORAÇÃO, manter as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

XXVI - Elaborar e entregar o balanço patrimonial, o balancete analítico anual, e demais demonstrações contábeis solicitadas pelo TCE-SP, segundo as normas contábeis vigentes para o terceiro setor;

XXVII - Manter em seus arquivos durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos originais que compõem a prestação de contas.

#### **CLÁUSULA QUARTA – São atribuições da Organização selecionada:**

I - Realizar diagnóstico, mapeando os serviços conveniados ou não, localizando a rede de serviços a partir dos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos, de forma a propiciar a universalidade de cobertura entre indivíduos e famílias.

II - Participar e propiciar a capacitação continuada dos seus colaboradores e gestores tanto as oferecidas pela **Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social**, como as viabilizadas pela rede local;





## MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Estado de São Paulo

### Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social

- III - Realizar as ações previstas no plano de trabalho, respeitando as diretrizes e eixos da oferta;
- IV - Responsabilizar-se pela manutenção, reforma e ampliação do espaço físico;
- V - Participar da sistematização, monitoramento das atividades desenvolvidas e do processo de avaliação;

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

O valor anual repassado pelo **Governo Municipal** é de R\$237.000,00 (Duzentos e trinta e sete reais) a serem divididos em 10 parcelas de R \$ 23.700,00 (vinte e três mil e setecentos reais) cujas despesas correrão à conta do código nº **07.10.00.3350.39.08.244.4015.2402 – despesa 2943, fonte de recurso 01-510-0000** do Fundo Municipal de Assistência Social de Caçapava, a contar da data de assinatura deste.

O valor anual repassado pelo **Governo do Estado de São Paulo e repassado pelo Governo Municipal** é de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) a serem divididos em 10 parcelas de R \$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) cujas despesas correrão à conta do código nº **07.10.00.3350.39.08.244.4015.2402 – despesa 2938, fonte de recurso 02-500-0026** do Fundo Municipal de Assistência Social de Caçapava, a contar da data de assinatura deste.

**Parágrafo único** - O repasse de cada parcela será efetuado mensalmente, condicionada à apresentação e aprovação da prestação de contas da parcela anterior.











## MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Estado de São Paulo

### Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social

- III - Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos;
- IV - Publicidade, salvo as previstas no Plano de Trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou orientação pessoal, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
- V - Pagamento de pessoal contratado pela OSC, que não atendam às exigências do artigo 46 da Lei Ordinária nº 13.019/2014;
- VI - Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas.
- VII - Bens permanentes;

**Parágrafo 3º** - Ao adquirir equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes deste Instrumento a OSC deverá gravá-lo com cláusula de inalienabilidade e formular promessa de transferência da propriedade ao MUNICÍPIO, na hipótese de sua extinção da ação.

**Parágrafo 4º** - A falta de prestação de contas nas condições estabelecidas nesta Cláusula, ou a sua não aprovação pela Comissão de Monitoramento e Avaliação importará na suspensão das liberações subsequentes até a correção das impropriedades ocorridas.

**Parágrafo 5º** - É responsabilidade exclusiva da OSC o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito

às despesas de custeio, e especialmente as de pessoal, incluindo-se os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, não se caracterizando responsabilidade





## MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Estado de São Paulo

**Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social**

solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS**

Em consonância com o disposto na alínea “h” do artigo 35 da Lei Ordinária Federal nº 13.019 de 31/07/2014, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, realizará o monitoramento e avaliação da parceria, no prazo da vigência da parceria, sem prejuízo do monitoramento pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Caçapava, Conselhos afins, conforme o caso, e da fiscalização do Poder Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar.

Parágrafo único - Fica assegurado o livre acesso dos servidores da **Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social**, do Controle Interno Municipal e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela lei vigente, bem como aos locais de execução do objeto.

## CLÁUSULA OITAVA – DAS IRREGULARIDADES

Qualquer irregularidade concernente ao presente Instrumento será comunicada à **Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social**, que deliberará quanto à implicação das sanções previstas na cláusula décima segunda.

**Parágrafo único:** Os casos omissos serão solucionados de comum acordo entre os colaboradores.

## **CLÁUSULA NONA – DO GESTOR DA PARCERIA**







montante pactuado, com solicitação e justificativa apresentada previamente pela





## MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Estado de São Paulo

### **Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social**

OSC e aprovada pela administração pública. Esta alteração poderá ser solicitada no máximo, em até 3 vezes durante a vigência da parceria.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

O presente Instrumento poderá ser rescindido por infração legal ou descumprimento de suas cláusulas e condições executórias, bem como por denúncia precedida de notificação no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, por desinteresse unilateral ou consensual, respondendo cada partícipe, em qualquer hipótese, pelas obrigações assumidas até a data do efetivo desfazimento.

**Parágrafo 1º** - Quando da denúncia, rescisão ou extinção deste Instrumento, caberá à OSC apresentar ao MUNICÍPIO no prazo de 10 (dez) dias, documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data, bem como devolução dos saldos financeiros remanescentes devidamente corrigidos conforme cláusula décima terceira, inclusive dos provenientes das aplicações financeiras;

**Parágrafo 2º** - É prerrogativa do MUNICÍPIO, assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto colaborado, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;

**Parágrafo 3º** - Na ocorrência de cancelamento de restos a pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O não cumprimento das cláusulas deste Termo de COLABORAÇÃO, bem como a







MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo\_\_

**Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social**

inexecução injustificada, total ou parcial, dos serviços, programas ou benefícios constituem irregularidades passíveis das seguintes penalidades, aplicadas cumulativamente e/ou progressivamente, obedecida a proporcionalidade:

- I - Advertência formal;
- II - Suspensão do repasse mensal;
- III - Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parcerias e contratos com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- IV - Declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termo de COLABORAÇÃO, convênios e contratos com Órgãos e OSCs em todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida após a OSC ressarcir os cofres públicos pelos prejuízos resultantes, e após o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste dispositivo;

**Parágrafo 1º** - A sanção estabelecida no inciso III é de competência exclusiva da SMCAS, facultada a defesa do(a) interessado(a) no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

**Parágrafo 2º** - Constatada a ocorrência de irregularidades pela **Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social** do Município, a Organização parceira deverá ser por essa notificada por meio formal, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

**Parágrafo 3º** - A Organização parceira deverá apresentar, no prazo máximo de 5







## MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Estado de São Paulo

### **Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social**

(cinco) dias úteis, a partir da data do recebimento da notificação de irregularidades, justificativa e proposta de correção para apreciação e decisão pelo Gestor da Parceria, referida na Cláusula Oitava deste instrumento, na **Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social**.

**Parágrafo 4º** - A liberação de parcela de repasse, eventualmente bloqueada, será feita após a correção das irregularidades apontadas, ou da aceitação formal da proposta de correção, com prazos determinados.

**Parágrafo 5º** - A cópia da notificação de ocorrências de irregularidades, devidamente assinada pelas partes, da justificativa e da proposta de correção integrarão o processo de prestação de contas junto ao Órgão Gestor do **Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social**.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESTITUIÇÃO**

A OSC compromete-se a restituir no prazo de 30 (trinta) dias os valores repassados pelo MUNICÍPIO, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou outro índice que o substitua, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

- I – A inexecução do objeto desta parceria;
- II – Não apresentação do relatório de execução físico-financeira e prestação de contas no prazo exigido;
- III Utilização dos recursos financeiros em finalidades diversas da estabelecida.

**Parágrafo único** - Os bens remanescentes na data da conclusão ou extinção da







## MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Estado de São Paulo

### **Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social**

parceria e que, em razão desta, houverem sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela Administração Pública, se não for para uso no respectivo objeto, devem ser restituídos e serem incorporados ao patrimônio do Município.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO**

A eficácia deste Instrumento fica condicionada a publicação do respectivo extrato no órgão de imprensa oficial, até o (quinto) dia útil do (mês subsequente), a contar do mês da sua assinatura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Comunicação:** Todas as comunicações relativas a este Termo de COLABORAÇÃO serão efetuadas por escrito e consideradas como realizadas quando entregues nos endereços indicados no preâmbulo deste instrumento, admitindo-se também a comunicação virtual (via e-mail) como meio hábil e legal. As partes serão responsáveis pela comunicação por escrito de eventual alteração de endereço e as notificações enviadas no endereço previsto neste instrumento, anteriores a este aviso, as partes reconhecem por este ato como entregues.

**Ausência de Vínculo:** O pagamento de remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos da parceria, na forma deste instrumento, não gera vínculo trabalhista com o poder público, conforme prevê o § 3º do art. 46 da lei 13.019/2014.

**Casos Omissos:** Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes através de Termo Aditivo que fará parte integrante deste instrumento.

**Independência das Disposições:** Se qualquer termo ou outra disposição deste







## MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Estado de São Paulo

### Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social

Termo de COLABORAÇÃO for considerado inválido, ilegal ou inexecutável diante de qualquer norma legal ou ordem pública, os demais termos e disposições deste instrumento permanecerão em pleno vigor e efeito pelo tempo em que o substrato econômico e jurídico das operações contempladas neste instrumento não for prejudicado por qualquer das partes individualmente. Quando qualquer termo ou outra disposição for considerado inválido, ilegal ou inexecutável, as partes negociarão em boa fé a alteração deste Termo de COLABORAÇÃO de modo a fazer vigorar sua intenção original da maneira mais aceitável possível, e a fim de que as transações aqui contempladas sejam realizadas na medida do possível.

**Decisões Nulas de Pleno Direito:** Será nula de pleno direito, toda e qualquer medida ou decisão correlata com o presente Termo de COLABORAÇÃO que vá de encontro ao que conste no Edital de Chamamento Público nº 03/2021, e na Lei Ordinária Federal nº 13.019/2014.

**Novação:** A falta de utilização, pelos parceiros, de quaisquer direitos ou faculdades que lhe concede este Termo de COLABORAÇÃO não se constituirá novação, nem importará renúncia aos mesmos direitos e faculdades, mas mera tolerância em fazê-los prevalecer em qualquer outro momento ou situação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO DOCUMENTO COMPLEMENTAR**

Faz parte do presente Instrumento, em tudo aquilo que não contrarie, de forma a complementarem-se um ao outro, o Plano de Trabalho apresentado pela OSC e aprovado pelo MUNICÍPIO na forma da proposta – **Anexo I** do Edital de Chamamento Público nº 03/2021.





## MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Estado de São Paulo

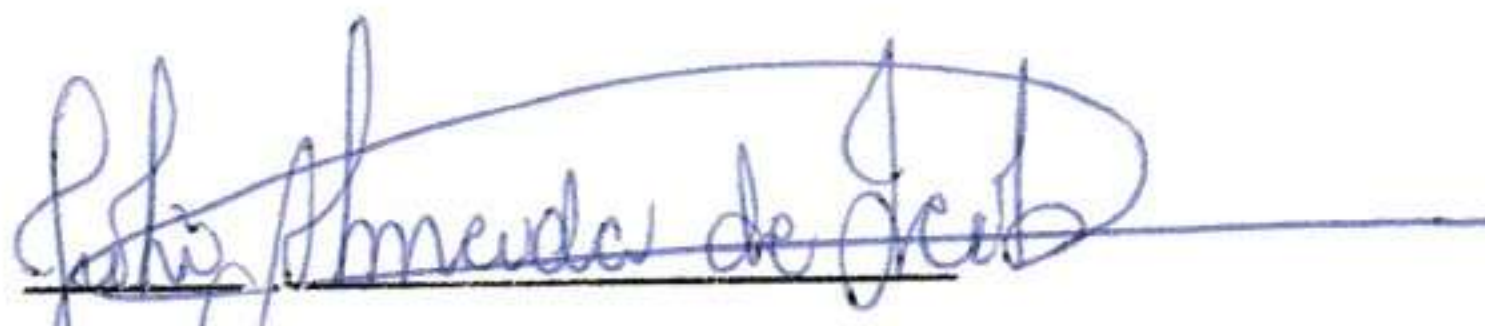
### **Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social** **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

Fica eleito o Foro desta Comarca de Caçapava para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

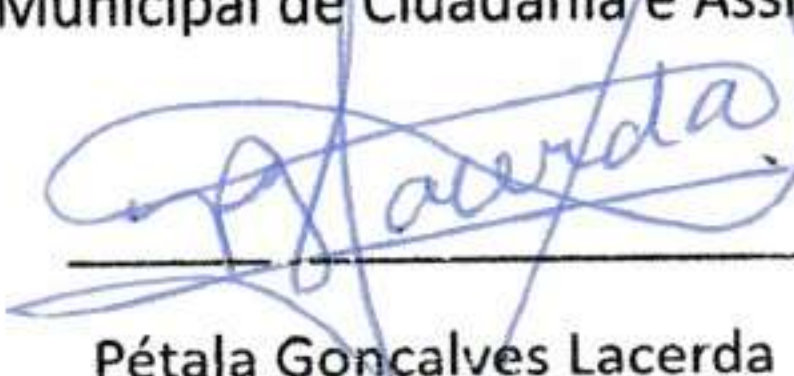
### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO PROTOCOLO ADMINISTRATIVO:**

O presente Termo de COLABORAÇÃO foi confeccionado de acordo com o constante no processo administrativo nº 6773/2021. As partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, e na presença de 02 (duas) testemunhas.

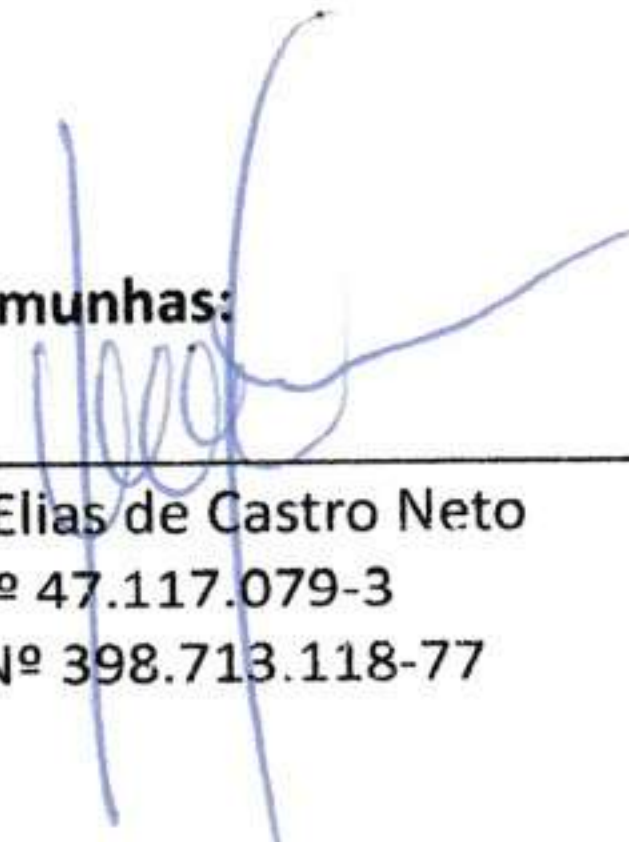
Caçapava, 25 de fevereiro de 2022

  
Júlio Almeida de Freitas  
Presidente da OSC

  
Anderson Raniere da Silva  
Secretário Municipal de Cidadania e Assistência Social

  
Pétala Gonçalves Lacerda  
Prefeita Municipal

#### **Testemunhas:**

1.   
José Elias de Castro Neto  
RG Nº 47.117.079-3  
CPF Nº 398.713.118-77

2.   
Daniele Oliveira Reis Blachi  
RG Nº 45.909.474-9  
CPF 367.802.938-81



